

PNE: 4 anos e uma só meta atingida

O acompanhamento e controle do PNE é fundamental para atingir o cumprimento das metas. Mas ainda há muito a melhorar, em especial, quando se refere à aprendizagem

VERA NUNES

Ao completar quatro anos, o Plano Nacional de Educação tem uma das suas 20 metas alcançada, duas não cumpridas e corre sério risco de fracassar em outras tantas, até 2024, prazo final de sua vigência

Uma boa metáfora para descrever a situação do Plano Nacional de Educação (PNE) seria a de um paciente no hospital. O PNE respira com ajuda de aparelhos e quem os mantém é a rede da sociedade, formada por secretarias estaduais e municipais, universidades, tribunais de contas, organizações não governamentais e entidades representativas dos entes envolvidos com a educação. Um dos remédios milagrosos, que pode ajudar este paciente, chama-se financiamento, que sofreu um duro golpe depois da aprovação da Emenda à Constituição que estabeleceu o teto de gastos públicos (EC 95/16). Para quem não aposta unicamente em recursos, uma melhor gestão também daria sobrevida ao PNE. Mas, independente do tratamento, o cumprimento das metas só está garantido se o Plano passar a ser o centro das políticas públicas brasileiras para a educação. Voltando à metáfora: ocupar o lugar do coração em toda a engenhagem.

QUALIDADE E CONSISTÊNCIA

Aprovado pela Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, o PNE tem vigência até 2024. Um ano após a aprovação, estados, Distrito Federal e municípios deveriam elaborar seus planos ou adequar os existentes ao novo PNE. Segundo o Ministério da Educação (MEC), em 2017, apenas 15 municípios ainda não possuíam PME. O detalhe é a qualidade e consistência dos planos. No mais recente Congresso Internacional de Jornalismo de Educação (Jeduca 2018), a Confederação Nacional de Municípios (CMN) distribuiu nota ressaltando que, “se estados e municípios empenharam-se para cumprir esse prazo, o mesmo prazo de um ano não foi cumprido para a aprovação de Lei de Responsabilidade Educacional (LRE). Com projeto de lei tramitando há mais de

dez anos, até agora a LRE não foi aprovada na Câmara, para depois ser remetida ao Senado”. Em outro trecho da nota, a CMN alerta que “diante de dificuldades fiscais visíveis para cumprir o PNE, o MEC demonstrou sagacidade política, ao sinalizar compromisso com o Plano pelo cumprimento de dispositivo que não implica recursos federais”.

AUTOENGANO

A ex-secretária de Educação do RS, Mariza Abreu, uma das convidadas do Jeduca 2018, lembra que das 20 metas propostas no PNE, até hoje só foi atingida a meta 13, que amplia a proporção de mestres e doutores nas instituições de Ensino Superior. E o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS) diz que as metas 1 (universalizar a educação na Pré-Escola) e 3 (universalizar o Ensino Médio) já tiveram o prazo de atingimento esgotado em 2016. “O descumprimento começou no governo Dilma Rousseff e seguiu no atual, de Michel Temer. O próximo presidente precisa ser confrontado com isso, precisa cumprir o que está na lei”, afirmou Mariza, que é consultora da CNM. Ela ressaltou que a maioria das 5.561 prefeituras do país depende de verbas da União para financiar a educação. “Se o cenário econômico muda, muda-se também o planejamento. Estamos conseguindo fazer planejamento de verdade de políticas públicas ou é um autoengano? Não podemos ter um planejamento irresponsável, sem verbas previstas”.

RESISTÊNCIA

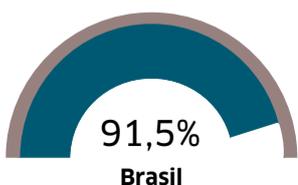
Para Sônia Ogiba, professora da Faculdade de Educação (Faced/Ufrgs), coordenadora do Projeto de Monitoramento e Avaliação do PNE/Faced/Ufrgs e organizadora da publicação “Garantia do Direito à Educação – Monitorando o PNE (Lei 13.005/2014)”, lançada em 23/8, em parceria com diversas



STEPHANY SANDER / ESPECIAL / CP MEMÓRIA

META 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creche, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.



Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos de idade que frequenta a escola/Creche (taxa de atendimento escolar).



META 2 - ENSINO FUNDAMENTAL

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos de duração para toda a população de 6 a 14 anos de idade e garantir que, pelo menos, 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE (2024).

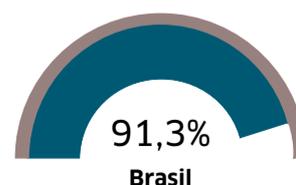


Indicador 2A - Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o Ensino Fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).



META 3 - ENSINO MÉDIO

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio, para 85%.



Indicador 3A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica.



instituições que atuam em rede para acompanhar o cumprimento das metas do Plano, o PNE sofre ameaças, mas resiste. “Olhando pelo ângulo da PEC 95, que, por 20 anos, congela os investimentos, a edição de medidas provisórias e os ataques que a escola pública vem sofrendo, o Plano corre riscos. No entanto, olhando do lado de quem tem responsabilidade com essa questão, estamos conseguindo resistir”, garante. A professora acredita que com o monitoramento das metas e o trabalho das instituições será possível reverter os prazos. Segundo ela, os gestores municipais e estadual estão comprometidos e uma mostra deste compromisso está reunida no livro recém-lançado e que será distribuído, gratuitamente, e socializado pelas entidades envolvidas na publicação. “O Plano é o epicentro das políticas educacionais e estamos tomando a responsabilidade de garantir esta política”, analisa. Saiba mais sobre a publicação da Ufrgs em goo.gl/tXLdhr.

PLATAFORMA DIGITAL

Para a secretária-adjunta da Educação do RS, Iara Wortmann, a garantia de execução do Plano Estadual de Educação (PEE), que junto com os PME's alimentam o PNE, é fundamental e seu monitoramento vem sendo aprimorado. Antes do final do ano, a Secretaria Estadual da Educação lançará uma plataforma digital para agilizar o monitoramento. “Seremos o primeiro Estado a ter transparência no PEE, com um link para que a sociedade possa fazer o acompanhamento da execução do Plano”. O responsável pelo desenvolvimento da ferramenta, Celso Nishioka, diretor da Mstech, acrescenta que, mesmo com o encerramento desta gestão na SEC, a pla-

taforma segue válida. “É um projeto que fica para o Estado”, avisa. Iara comemora a superação da fase de acertos políticos do PEE e também os avanços tecnológicos sobre o controle das ações. “Saímos da mesmice”, resume a dirigente.

ENSINO MÉDIO

Mas se o monitoramento está garantido, o cumprimento das metas precisa melhorar, em especial quando se refere à aprendizagem. O Ensino Médio – etapa cuja responsabilidade recai sobre a esfera estadual – vem apresentando os piores resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), desde 2015. Além disso, a etapa amarga altos índices de evasão: a cada ano, um em cada quatro jovens entre 15 e 17 anos abandona os estudos. Outro dado que assustou os educadores foi o relatório “Education at a Glance 2017”, disponibilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): 40% da população brasileira, entre 25 e 34 anos, não possui o Ensino Médio completo.

No RS, o panorama não é muito diferente. O mais recente estudo do TCE-RS apontou que dos 497 municípios gaúchos, apenas em 26 (5,23%) foi universalizado o acesso à escola para a população de 15 a 17 anos. Em outro item, sobre a elevação da matrícula para este público, dos 497 municípios, em 9, o índice foi atingido em 2017. E dos 488 municípios que restam, em 471, há risco de não cumprimento até 2024. Pelos dados mais recentes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), no RS, mais de 60% dos alunos têm proficiência insuficiente em Língua Portuguesa e Matemática no 3º ano do Ensino Médio. “Ainda precisamos

analisar melhor os dados do Ensino Médio”, explica a secretária-adjunta. Segundo Iara, quando se fala que a população não completa o Ensino Médio, não é, necessariamente, que eles não estejam na escola. “Muitos estão no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) ou ainda no Ensino Fundamental, lá pelo 8º ou 9º ano”, salienta, lembrando que a distorção idade-série ajuda a confundir os resultados. Mas a professora também reconhece que é preciso melhorar na aprendizagem. “Uma coisa é certa: a escola não está respondendo à expectativa dos alunos, e precisamos mudar esta realidade”, ressalta.

APRENDIZAGEM

Na equação finanças versus gestão, as auditoras do Tribunal de Contas do RS (TCE-RS), Viviane Pereira Grosser e Júlia Córdova Klein são categóricas em afirmar que só dinheiro não resolve. “Existem municípios com boa arrecadação de impostos e com dinheiro para aplicar em educação e que, mesmo assim, não obtêm bons resultados de aprendizagem. O que prova que está faltando alguma coisa aí”, diz Viviane. Ela explica que, quando os auditores observam um problema, o gestor é chamado e questionado sobre as soluções que serão buscadas e, no caso de constatar negligência ou reincidência, ele poderá receber um parecer desfavorável às suas contas. “A ideia é ter uma interlocução. Punição só se não houver compromisso de melhoria por parte do gestor”, argumenta Júlia.

Na próxima semana: a atuação do TCE-RS e a assistência técnica do Ministério da Educação (MEC).

UM **FUTURO**
MAIS **PRÓXIMO**
DE VOCÊ

A Universidade de Passo Fundo preocupa-se com o seu crescimento pessoal e profissional, por isso, oferece um financiamento próprio. Você paga somente **50%** do valor da mensalidade enquanto cursa sua graduação. Os outros 50%, você começa a pagar **1 ano** após a conclusão do curso.

Se há crise, nós vamos te oferecer oportunidades.

PRÉ-APROVADO
PLANO DE APOIO ESTUDANTIL UPF

www.upf.br

UPF